

FACULDADES ATIBAIA – FAAT

PEDAGOGIA

MAYSA DO CARMO SANTOS

**O PROFESSOR COMO MEDIADOR E OS PROCESSOS
AVALIATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

ATIBAIA, SP

2017

MAYSA DO CARMO SANTOS

**O PROFESSOR COMO MEDIADOR E OS PROCESSOS
AVALIATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como exigência parcial para a obtenção do grau
de Licenciada no Curso de Pedagogia pela
FAAT – Faculdades, sob orientação da
professora Dr^a Marli Amélia Lucas de Oliveira

ATIBAIA, SP

2017

CURSO DE LICENCIATURA LATO SENSU “PEDAGOGIA”

Termo de aprovação

MAYSA DO CARMO SANTOS

**Título: “O PROFESSOR COMO MEDIADOR E OS PROCESSOS
AVALIATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL”**

Trabalho apresentado ao Curso de licenciatura *lato sensu* “Pedagogia”, para apreciação da professora orientadora Dr^a Marli Amélia Lucas de Oliveira, que após sua análise considerou o Trabalho _____, com Conceito_____ .

Atibaia, SP, 11 de Dezembro de 2017.

Prof^a Dra. Marli Amélia Lucas de Oliveira

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo fazer um resgate histórico do significado de Educação Infantil e a concepção de criança, também será abordada a questão do avanço da legislação que garante os direitos educacionais no Brasil, em seguida será levantado aspectos da função mediadora e sua importância na Educação Infantil e, quais são os processos avaliativos utilizados na educação brasileira analisando por meio de pesquisas bibliográficas quais seriam mais pertinentes para favorecer o desenvolvimento do aluno. Por fim será apresentado um estudo de caso, para que tal estudo fosse possível no segundo semestre do ano de 2016, foram realizadas observações em duas turmas de Educação Infantil (Infantil IV e Infantil V), em uma escola municipal, no interior de São Paulo. As observações foram realizadas uma vez na semana, nos meses de setembro, outubro e novembro. Com isso é possível constatar a importância da relação mediadora no processo de ensino e aprendizagem, e a necessidade de continuar os processos avaliativos no ensino fundamental e médio, da forma como são trabalhados na educação infantil, visando sempre o melhor desempenho do aluno.

Palavras-chave: Avaliação. Desenvolvimento Integral. Educação Infantil.

DEDICATÓRIA

À minha família e meu noivo que sempre me apóiam em todas
minhas decisões.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, em quem tenho muita fé!

A meus pais queridos que sempre me mostraram o caminho correto a seguir e nunca me abandonaram diante dos vários obstáculos que a vida propôs.

A meu noivo que sempre me encorajou e me deu forças quando tudo parecia que ia desabar.

A minha orientadora Dra. Marli Amélia Lucas de Oliveira que acreditou no desenvolvimento desse trabalho e sempre foi muito compreensiva nos diversos momentos difíceis enfrentados ao longo do caminho.

Enfim, sou grata por ter encontrado o que realmente enche meu coração de alegria e me faz acreditar em um mundo melhor!

EPÍGRAFE

“Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor,

Mas lutamos para que o melhor fosse feito.

Não somos o que deveríamos ser,

Não somos o que iremos ser,

Mas, graças a Deus,

Não somos o que éramos”

(Martin Luther King)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Processos Avaliativos

Quadro 2 – Momentos Avaliativos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 A EDUCAÇÃO INFANTIL E A CONCEPÇÃO DE CRIANÇA	11
1.1 A função mediadora	16
1.2 A avaliação da aprendizagem	20
1.3 Avaliação na Educação Infantil	24
2 PERCURSO METODOLÓGICO	31
2.1 Caracterização da escola	32
2.2 Estudo de caso de duas professoras da Educação Infantil.....	34
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como tema “O professor como mediador e os processos avaliativos na Educação Infantil” e visa compreender o que muda na avaliação na perspectiva de um professor mediador. Tem como objetivo geral: Analisar a prática do professor mediador diante do processo avaliativo. Como objetivos específicos levantou-se as seguintes questões: Levantar quais métodos avaliativos podem ser utilizados no processo de ensino e aprendizagem; Analisar as diferenças entre avaliação e verificação; Analisar a prática docente e processos avaliativos em sala de aula.

Segundo Luckesi, a escola pode praticar a verificação ou a avaliação para aferir o aproveitamento escolar do aluno, vejamos os conceitos dos mesmos:

O processo de verificar configura-se pela observação, obtenção, análise e síntese dos dados ou informações que delimitam o objeto ou o ato com o qual se está trabalhando. A verificação encerra-se no momento em que o objeto ou ato de investigação chega a ser configurado[...]. (LUCKESI, 2005, p. 92)

Ou seja, a verificação é uma situação estática, não leva em consideração o desenvolvimento do processo, por exemplo se o aluno apresenta algum problema no dia da verificação e não consegue um bom rendimento, mesmo que no decorrer das aulas seu desenvolvimento tenha sido satisfatório o que será levado em conta é a nota atingida na prova, não há uma reflexão sobre pontos positivos e negativos.

Já o processo de avaliar se mostra de forma diferente, ele “não se encerra na configuração do valor ou qualidade atribuídos ao objeto em questão, exigindo uma tomada de posição favorável ou desfavorável ao objeto de avaliação, com uma conseqüente decisão de ação.” (LUCKESI, 2005, p. 92)

No caso da Educação Infantil o processo avaliativo não ocorre como no ensino fundamental, por exemplo, não há provas mas o professor deve acompanhar o desenvolvimento de cada indivíduo, através da observação e reflexão sobre as conquistas dos alunos, segundo Hoffmann (1991, p. 86) há dois pressupostos básicos de uma proposta de avaliação para a pré-escola: “Observação atenta e curiosa sobre as manifestações de cada criança e; Reflexão sobre o significado dessas manifestações em termos de seu desenvolvimento”.

No processo de ensino e aprendizagem vimos claramente a intervenção do professor, já que é ele quem conduz o aluno ao conhecimento, é preciso levar em conta, porém, que o professor não é o único detentor do saber, o aluno possui conhecimentos e, mesmo quando criança já tem experiências significativas que influem na aquisição do conhecimento; Sendo assim, o professor deve agir como mediador, levando o aluno ao conhecimento de algo além do que ele já sabe.

Podemos comprovar esse fato segundo o que diz Vygotsky (apud Oliveira, 1995), que o funcionamento psicológico se dá através da mediação, segundo ele:

A relação do homem com o mundo não é uma relação direta, mas, fundamentalmente, uma relação mediada. As funções psicológicas superiores apresentam uma estrutura tal que entre o homem e o mundo real existem mediadores, ferramentas auxiliares da atividade humana. (OLIVEIRA, 1995, p. 27)

Optei por esse tema, justamente, para poder aprofundar mais sobre a função mediadora do professor, já que, ainda é muito comum observarmos escolas que adotam o método tradicional e trabalham no sentido de que o aluno deve respeitar e aceitar apenas o que lhe é imposto pelo educador. Não podendo fazer descobertas por si só, explorar o objeto de conhecimento, dessa forma o professor sempre estará repassando o conhecimento e nunca mediando.

Quando falamos no método tradicional não podemos deixar de citar Johann Friedrich Herbart, “O primeiro a sistematizar cientificamente a pedagogia e propor um método de ensino.” (ZANATTA, 2012, p. 108).

Além do método tradicional podemos destacar como vertente o método progressista, que é uma crítica a pedagogia tradicional, é essa vertente que traz a concepção de escola nova, com o filósofo John Dewey (apud Zanatta, 2012), à tendência progressista “[...] defendeu uma visão do aluno como sujeito do processo de ensino-aprendizagem, considerou a individualidade do educando, assim como importantes particularidades psicológicas dele, tais como suas necessidades e seus interesses.” (ZANATTA, 2012, p. 110).

Após essa breve explanação sobre duas importantes tendências pedagógicas é possível citarmos os processos avaliativos que podem ser desenvolvidos em sala de aula, já que os mesmos tendem a ser mais tradicional ou progressista, quando o professor consegue alcançar o equilíbrio entre os dois é de grande valia para o aluno, já

que o instrumento prova não pode ser descartado da rotina escolar podemos encontrar novos caminhos de fazê-lo e analisá-lo.

Considerando essa breve apresentação fica clara a necessidade de aprofundar no tema e contrapor a teoria e prática, para que vejamos a atuação do professor, tanto no processo de ensino como na avaliação.

Num primeiro momento a metodologia que será utilizada no desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, que tem como tema: O professor como mediador e os processos avaliativos na Educação Infantil, será a bibliográfica, pois será utilizada fontes secundárias para explicação de temas que já tem sido alvo de estudos e, também, o estudo de campo que segundo Gil (1999) “procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis”.

De acordo com Gil (1999, p.65) a vantagem da pesquisa bibliográfica,

Reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos no espaço.

Desenvolverei pesquisas em livros e artigos científicos, para elaboração de toda parte teórica. Num segundo momento utilizarei a técnica de observação que faz parte da abordagem qualitativa de pesquisa. Sendo assim, no capítulo 1, do presente trabalho, será abordado discussões teóricas acerca da avaliação na Educação Infantil, em seguida será apresentado teoricamente aspectos da Educação Infantil e a concepção de criança, para finalizar o capítulo abordaremos a função mediadora do professor. Após, no capítulo 2 será apresentada a pesquisa de campo realizada no segundo semestre de 2016, em uma escola municipal de Educação Infantil, localizada no interior de São Paulo, nesse capítulo também haverá análise entre os dados coletados e o referencial teórico levantado, por fim, no capítulo 3 as considerações finais.

1 A EDUCAÇÃO INFANTIL E A CONCEPÇÃO DE CRIANÇA

Esse primeiro capítulo tem como objetivo fazer um resgate histórico da Educação Infantil e a concepção de criança, analisando a legislação que garante os direitos educacionais no Brasil, faremos uma análise também da função mediadora e sua importância na Educação Infantil. Visa também apresentar aspectos da avaliação na Educação Infantil, possibilitando aos leitores uma nova perspectiva acerca do tema.

A concepção de criança e Educação Infantil que conhecemos atualmente não é algo que sempre existiu, ambos são resultado de uma construção histórica que veio sofrendo modificações e interferências através de estudos e leis que foram surgindo para assegurar o direito de acesso e permanência no ambiente escolar.

Nas últimas décadas houve o desenvolvimento de vários documentos que asseguram e reforçam os direitos das crianças no que diz respeito a educação, iremos abordar alguns deles nesse trabalho, tais como a Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2013)

No Brasil, a Constituição Federal, de 1988, é o primeiro documento legal que trata desse aspecto, passando-se a considerar a Educação Infantil como dever do Estado e não apenas como uma etapa anterior ao ensino formal, verificamos isso no artigo 205 que assegura: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, reforça e atualiza o que foi definido na Constituição Federal, garantindo assim, em seu artigo 29 que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A LDBEN destaca também que a educação infantil será oferecida em: creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade (inciso I – Art 30); e: pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade (inciso II – Art 30).

Outro documento que podemos destacar é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, nesse documento observamos novamente que a educação é dever do Estado e da família, O ECA também assegura, nos incisos I a V, artigo 53, o seguinte:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Ou seja, a criança tem acesso a escola com o objetivo desenvolver-se em seu aspecto integral e não apenas para ter garantido seus cuidados pessoais, até mesmo porque a ideia de escolas de educação infantil e creches com caráter assistencialistas foram se modificando ao longo do tempo, tanto que as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, nos mostram o seguinte:

As creches e pré-escolas se constituem, portanto, em estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade por meio de profissionais com a formação específica legalmente determinada, a habilitação para o magistério superior ou médio, refutando assim funções de caráter meramente assistencialista, embora mantenha a obrigação de assistir às necessidades básicas de todas as crianças. (DCN, 2013, p. 84)

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), volume 1, 2 e 3, são documentos que foram desenvolvidos à fim de “servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas” (p 6), especificamente para profissionais que trabalham com crianças de zero a seis anos.

A educação infantil é uma etapa muito importante para o desenvolvimento da criança, é o lugar onde ela terá convívio social mais amplo, além de sua convivência familiar, por isso o RCNEI reforça a necessidade de promover o “desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos” (RCNEI, 1998, p. 6)

De acordo com as autoras Bassedas, Huguet e Solé (1999) existem três grandes finalidades dessa etapa, são elas: Potenciar e favorecer o desenvolvimento máximo de todas as capacidades, respeitando a diversidade e as possibilidades dos diferentes alunos, ou seja, a escola deve visar o desenvolvimento dos alunos através da interação entre criança e adulto, entendendo que as experiências vividas pelos alunos e a superação de momentos conflituosos favorece o seu crescimento enquanto pessoa.

A segunda finalidade é: Compensar as desigualdades sociais e culturais, nesse caso pode-se entender que cada criança chega à escola com uma bagagem cultural, ela não é uma folha em branco a ser preenchida a partir desse momento, sendo assim, recebe-se alunos vindos de diferentes contextos e por isso apresentam diferentes níveis de capacidade em uma mesma atividade.

Dessa maneira, uma das finalidades da escola infantil seria a de compensar as diferenças quando as crianças são muito pequenas e ajudar a prevenir possíveis dificuldades posteriores no decorrer da escola obrigatória e da vida adulta. (BASSEDAS, HUGUET, SOLÉ, 1999, p. 54)

Por fim as autoras apresentam a seguinte finalidade: Preparar para um bom acompanhamento da escolaridade obrigatória, é claro que a educação infantil tem sua própria identidade porém é preciso que haja uma aproximação com as etapas iniciais do ensino fundamental, isso porque a criança está imersa em uma sociedade e essa tem seus aspectos culturais que não devem ser negados a criança, ou seja, elas podem ter acesso a língua escrita e matemática, por exemplo, desde que haja um sentido funcional para isso.

Dessa forma “[...] é correto não querer “escolarizar” muito cedo, mas também é importante que não se restrinja de maneira artificial o acesso à cultura e ao conhecimento do meio social em que se apresenta.” (BASSEDAS, HUGUET, SOLÉ, 1999, p. 55)

Nem sempre a criança foi vista como um ser que precisa de cuidados específicos para seu desenvolvimento pessoal e social, a educação infantil como é conhecida nos

dias atuais é uma construção histórica, segundo Bujes (2012) o nascimento dessas instituições está ligado ao surgimento da escola e do pensamento pedagógico moderno, entre os séculos XVI e XVII, esses acontecimentos foram possíveis diante das mudanças que ocorriam no mundo, como o descobrimento de novas terras, desenvolvimento científico e invenção da imprensa, com a sociedade industrial também era necessário repensar a educação para preparar as pessoas ao mundo do trabalho.

Durante muito tempo as creches e pré-escolas foram vistas com caráter assistencialista, agindo de maneira compensatória, sanando as faltas e carências das crianças e suas famílias, principalmente as de baixa renda, dessa forma não se levava em consideração “as questões de cidadania ligadas aos ideais de liberdade e igualdade” (RCNEI, 1998, p. 17). Ao passar dos anos, através de muito estudo, essa visão foi se alterando, porém, por mais que entenda-se que a criança precisa desenvolver-se integralmente, considerando os “aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança”, ainda há muita divergência no entendimento desses aspectos.

O surgimento das creches e pré-escolas também pode ser associado ao fato da mulher começar a trabalhar fora de casa e da nova estrutura familiar, a conjugal, onde pai, mãe e filhos passam a viver de maneira mais privada, “[...] diferente daquelas famílias que se organizavam de forma ampliada, com vários adultos convivendo num mesmo espaço, possibilitando um cuidado que nem sempre estava centrado na figura materna.” (BUJES, 2012, p.14).

Ou seja, é possível notar que as creches e pré-escolas surgiram a partir da necessidade de adequação a um novo cenário econômico, político e social. E também devido a estudos e novos olhares sobre a infância e o papel da criança na sociedade. Através da leitura do documento Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) observamos o novo olhar sobre a criança, colocando-a como centro do planejamento escolar:

A criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere. Nessas condições ela faz amizades, brinca com água ou terra, faz-de-conta, deseja, aprende, observa, conversa, experimenta, questiona, constrói sentidos sobre o mundo e suas identidades pessoal e coletiva, produzindo cultura. (2013, p. 86).

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, (1998), “A concepção de criança é uma noção historicamente construída e conseqüentemente vem mudando ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea nem mesmo no interior de uma mesma sociedade e época.” (p. 21). Um dos fatores é porque a desigualdade social ainda é muito grande e muito presente em nossa cultura, então existem crianças que possuem todo aparato necessário para seu desenvolvimento, enquanto outras vivem marginalizadas.

Diante dessa constatação, das diferenças existentes no desenvolvimento de cada criança, devemos considerar a singularidade de cada ser, pois cada um vê e sente o mundo a sua volta de maneira diferente, isso se dá através das interações que cada um estabelece com as pessoas próximas, portanto, “Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais”. (RCNEI, 1998, p. 22)

Quando falamos de educação infantil não podemos nos esquecer de dois aspectos essenciais que é: o educar e o cuidar; dois pontos que são indissociáveis quando pensamos no cotidiano de IEI (Instituições de Educação Infantil). O profissional docente à medida que cuida de uma criança, auxiliando sua higienização e alimentação, está proporcionando conhecimento de mundo e autoconhecimento da mesma, favorecendo seu desenvolvimento global que envolve os aspectos: cognitivos, motores, emocionais, sociais e culturais.

O RCNEI vem ao encontro dessa colocação quando descreve que:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (1998, p. 23)

Considerando o que foi citado sobre educar e cuidar nas creches e IEI é preciso atenção para que isso não se confunda com o caráter assistencialista, também citado anteriormente, isso porque, quando se fala em cuidados nessa etapa educacional, não estamos colocando apenas os atos de dar comida, auxiliar a ida ao banheiro, a lavagem das mãos, entre outros, estamos levando em conta o papel professor como um mediador, para que a criança alcance sua independência e autonomia.

Sendo assim, o cuidar precisa ser olhado de maneira criteriosa para não cairmos no erro de enxergá-lo apenas como o fato de assegurar boas condições de higiene, sono e alimentação. Para reforçar esse apontamento podemos citar o que diz Bujes:

Cuidar inclui preocupações que vão desde a organização dos horários de funcionamento da creche, compatíveis com a jornada de trabalho dos responsáveis pela criança, passando pela organização do espaço, pela atenção aos materiais que são oferecidos como brinquedos, pelo respeito às manifestações da criança (de querer estar sozinha, de ter direito aos seus ritmos, ao seu “jeitão”) até a consideração de que a creche não é um instrumento de controle da família, para dar apenas alguns exemplos. (2012, p. 16).

O RCNEI, (1998), corrobora com essa ideia quando considera que para que o processo do cuidar aconteça de maneira agradável é necessário que haja um vínculo entre o cuidador e quem está sendo cuidado, pois na medida em que o profissional faz pela criança ele também precisa ajudar com que ela perceba suas necessidades e consiga satisfazê-las, além de enxergá-la como sujeito histórico e de direito.

1.1 A função mediadora

A ação do professor é fundamental no processo de ensino e aprendizagem, porém é necessário reforçar também que ele não é o único detentor do saber, o professor deve agir de maneira a estimular e mediar o desenvolvimento dos alunos, já que os mesmos não ingressam na escola como folha em branco, os alunos também trazem conhecimentos e saberes das vivências sociais familiares e isso deve ser levado em consideração.

Os três volumes do RCNEI citam a importância do professor agir sempre a favor de uma construção da aprendizagem significativa para os alunos, a partir das atividades que as crianças já costumam desenvolver, de acordo com sua idade, o professor pode propor situações provocativas e desafiadoras, para que dessa forma os alunos avancem cada vez mais na aprendizagem.

No volume 1 do RCNEI é possível verificar que o citado acima ganha força quando o documento descreve que:

A intervenção do professor é necessária para que, na instituição de educação infantil, as crianças possam, em situações de interação social ou sozinhas, ampliar suas capacidades de apropriação dos conceitos, dos códigos sociais e das diferentes linguagens, por meio da expressão e comunicação de sentimentos e idéias, da experimentação, da reflexão, da elaboração de perguntas e respostas, da construção de objetos e brinquedos etc. (1998, p. 30)

Sendo assim verificamos o quanto é importante a interação social para o desenvolvimento individual e coletivo, através das atividades coletivas as crianças tem condições de conhecer o que o outro sabe e refletir sobre, é possível trabalhar o respeito à diversidade de ideias, o professor pode estimular e mediar discussões sobre diversos assuntos, para que a sala tenha possibilidade de expor pensamentos e a partir disso modificar seu pensamento, isso porque refletiu e entendeu, modificou seu pensamento, e não porque o professor impôs que X ou Y estava correto.

Através da interação com o meio social em que vive a criança se modifica e causa modificações, isso porque cada ser parte de um contexto social diferente, cada qual tem a sua bagagem desde o nascimento e isso interfere no seu modo de agir e pensar. O professor deve considerar todos esses fatores para desenvolver um planejamento adequado as necessidades expostas pelos alunos.

O documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, volume I (2006, p. 14) destaca que:

No que diz respeito às interações sociais, ressalta-se que a diversidade de parceiros e experiências potencializa o desenvolvimento infantil. Crianças expostas a uma gama ampliada de possibilidades interativas têm seu universo pessoal de significados ampliado, desde que se encontrem em contextos coletivos de qualidade.

Além dos documentos citados acima, que abordam a questão do professor mediador, é possível destacar também o autor Lev Semenovich Vygotsky, “Para este autor, o funcionamento psicológico estrutura-se a partir das relações sociais estabelecidas entre o indivíduo e o mundo exterior” (FELIPE, 2012, p. 28).

Para Vygotsky a aprendizagem e o desenvolvimento humano só ocorrem quando o mesmo está em contato com o mundo a sua volta, dessa forma se há um indivíduo que vive em uma comunidade que não se utiliza da escrita não haverá aprendizagem da linguagem escrita, isso porque não há mediação entre o conhecimento e o indivíduo.

A autora Rego, também destaca a importância da ação mediadora:

Compreender a questão da *mediação*, que caracteriza a relação do homem com o mundo e com os outros homens, é de fundamental importância

justamente porque é através deste processo que as funções psicológicas superiores, especificamente humanas, se desenvolvem. (REGO, 2011, p. 50).

As funções psicológicas superiores, para Vygotsky (1987; VYGOTSKY E LURIA, 1996 apud PIMENTEL, 2007), diz respeito ao seguinte:

[...] desde o nascimento, o indivíduo internaliza o conteúdo cultural de seu grupo social. Desse processo interativo, de atuação com e no meio social, surgem novas necessidades e possibilidades que impulsionam o desenvolvimento das funções superiores – formas mediadas e voluntárias de atenção, percepção e memória; pensamento abstrato, generalizado e descontextualizado; comportamento intencional e autocontrolado.

As funções psicológicas superiores ocorrem a partir de situações interativas e coletivas, sendo assim, antes do indivíduo internalizar algo, essa função psicológica superior era externa e social, e para que a mesma passasse a ser interna houve atuação sobre o desenvolvimento (PIMENTEL, 2007).

Foi Vygotsky quem propôs a teoria da zona de desenvolvimento proximal (ZDP), ressaltando a necessidade e importância do papel mediador desenvolvido pelo professor. Levando em consideração a ZDP o professor não deve observar apenas o que o aluno já sabe mas qual sua potencialidade, propondo desafios para que os mesmos se superem cognitivamente, ou seja, observando seu desenvolvimento real e sua área de desenvolvimento proximal (HOFFMANN, 2005).

De acordo com a autora Rego:

O aprendizado é o responsável por criar a zona de desenvolvimento proximal, na medida em que, em interação com outras pessoas, a criança é capaz de colocar em movimento vários processos de desenvolvimento que, sem a ajuda externa, seriam impossíveis de ocorrer. Esses processos se internalizam e passam a fazer parte das aquisições do seu desenvolvimento individual. (2011, p. 74)

Retomando o nível de desenvolvimento real e potencial é possível destacar o que esclarece o autor Felipe (2012, p. 29): “O nível de desenvolvimento real refere-se a etapas já alcançadas pela criança[...]. [...] Já o nível de desenvolvimento potencial diz respeito à capacidade de desempenhar tarefas com a ajuda de outros”.

Dessa forma compreende-se que o desenvolvimento real diz respeito aquilo que o indivíduo já sabe, o que ele consegue fazer de forma independente, sem requerer a ajuda de outra pessoa. Já o desenvolvimento potencial refere-se às atividades que o indivíduo necessita da ajuda de terceiros para desempenhar, ou seja, de uma explicação, uma exemplificação.

(verificar como coloco o apud) É possível observar e destacar outra autora que corrobora com o que foi citado acima, Pimentel (2007, p. 224 e 225):

A ZDP transforma-se em um parâmetro para a atuação pedagógica. Funcionando como princípio educativo, implica a relação entre o nível de desenvolvimento real – determinado pela capacidade de solução de problemas de modo independente – e o nível de desenvolvimento potencial – em que se encontram as funções psicológicas em processo de amadurecimento, potencialmente emergentes, mas ainda não suficientemente consolidadas. Por isso, a ZDP determina que a aprendizagem ocorre sempre em função de ações em parceria, pelo auxílio de outra pessoa mais experiente, capaz de propor desafios, questionar, apresentar modelos, fornecer pistas e indicar soluções possíveis.

Por isso é fundamental que o professor observe e saiba quais os conhecimentos os alunos já possuem, visando sempre alcançar novas aprendizagens, ao agir na área do desenvolvimento proximal o professor pode propor atividades que necessitam de interação entre pares, já que os alunos também se desenvolvem a partir da interação entre si, Felipe destaca que:

É importante salientar que crianças também aprendem com crianças, em situações informais de aprendizado, por exemplo. É comum vermos o quanto as crianças aprendem a montar e desmontar brinquedos, ou mesmo a andar de bicicleta ou de patins, a partir da observação de outros/as colegas. (2001, p. 30)

Nesse caso vale ressaltar o cuidado que o professor deve ter ao propor essa interação, pois ela pode não ser positiva caso o professor forme pares entre crianças com o mesmo desenvolvimento real e o mesmo desenvolvimento potencial, ou então entre crianças que tem uma discrepância muito grande entre o desenvolvimento real e o desenvolvimento potencial, em ambos os casos a troca pode não gerar ganhos, já que no 1º caso as crianças que estão no mesmo nível não terão o que trocar com o outro e no segundo caso a criança que tem menos conhecimento pode não conseguir acompanhar o que o outro diz caso seu conhecimento real esteja muito distante do colega.

Diante disso é possível considerar o que destaca Pimentel (2007, p. 225 e 226):

Qualquer interpretação mecânica, linear e fixa do que pode resultar da ZDP levaria a desqualificar o significado fundamental desse conceito, pois cria parâmetros para orientar a prática educativa, mas não pode ser substantivada em um procedimento ou recurso de ensino. Há, em síntese, três questões importantes a considerar.

1. Um corpo de procedimentos e recursos que pode ser altamente adequado em determinado momento, em determinada área do conhecimento e para determinada turma pode não o ser em outras ocasiões. O processo educativo não causa efeito linear ou automático; ao contrário, atua sobre indivíduos reais, com divergências de interesses e conhecimentos, diferentes quanto ao que já são capazes e ao que ainda dependem de auxílio, além de uma infinidade de aspectos que traduzem a própria singularidade humana.
2. A interatividade deve ser vista como eixo fundamental em uma situação educativa. Não é suficiente reconhecer que a interação é importante, mas é preciso torná-la efetiva. A interação, muitas vezes, implica alteração do planejamento, dos rumos de uma atividade em curso; requer alternância entre atividades mais e menos estruturadas, além de ajustes que, variando e diversificando os modos de ajuda à criança, garantem criar ZDP e nela avançar.

3. A relação temporal entre ZDP e o tipo de situações de aprendizagem que se escolhe deve ser considerada. É presumível que, no decorrer do aprendizado de determinado assunto ou procedimento, haja um gradativo crescimento da autonomia das crianças em relação ao tipo de mediações necessárias. Observar e avaliar seu envolvimento e sua independência a cada nova experiência possibilita ao educador variar adequadamente a atuação pedagógica, desde o momento em que é prioritário oferecer apoios e modelos de forma mais intensiva até as situações em que seja mais benéfico propor desafios.

1.2 A avaliação da aprendizagem

Quando falamos em avaliação é comum pensarmos em provas e notas, como ocorre no Ensino Fundamental, Médio e Universitário, por exemplo, porém, ela deveria funcionar como objeto de reflexão e discussão para melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Segundo Zabala, “[...] a avaliação é considerada como um instrumento sancionador e qualificador, em que o sujeito da avaliação é o aluno e somente o aluno, e o objeto da avaliação são as aprendizagens realizadas segundo certos objetivos mínimos para todos.” (ZABALA, 2010, p. 195).

Analisando os apontamentos de estudos feitos por Luckesi podemos constatar que o mesmo corrobora com o que é mencionado acima, para ele o sistema de avaliação que conhecemos e praticamos é excludente, esse sistema, seleciona e classifica considerando parâmetros não confiáveis para se avaliar, no sentido real da palavra, já que isso “implica coleta, análise e síntese dos dados que configuram o objeto da avaliação” (LUCKESI, 2005, p. 93).

Ou seja, através da análise dos apontamentos desses dois estudiosos fica claro que o único ponto de avaliação é o aluno, não havendo reflexão sobre o sistema educacional, o método de ensino adotado pelo professor e sua atuação em sala de aula, nesse caso observa-se que desde a mais tenra idade o aluno é classificado como sendo mais ou menos apto a seguir seus estudos até a universidade (ZABALA, 2010).

Porém o que vemos é que as escolas, em sua maioria, utilizam é a verificação e esse ato “encerra-se com a obtenção do dado ou da informação que se busca, isto é, “vê-se” ou “não se vê” alguma coisa. E ... pronto!” (LUCKESI, 2005, p.92). Essa é uma prática que decorre do que o autor chama de: pedagogia do exame, todos os envolvidos

no processo educativo demonstram sua preocupação na promoção do aluno, não importa quais os meios que levaram o mesmo a alcançar a nota em questão.

Os professores muitas vezes utilizam desse processo como instrumentos de ameaça, já que é o mestre que atribuirá as notas, ele utiliza de pressão psicológica nos alunos quando diz, por exemplo, frases sobre o grau de dificuldade da prova caso os alunos não se comportem como o esperado, dessa forma a nota atribuída se torna moeda de troca, tudo que o professor pede deve ser feito pois valerá ponto na média final, e quando o professor aplica algum exercício que não tem “nota” o aluno não se sente motivado a fazer pois não estará ganhando “nada”.

Do outro lado estão os pais, aguardando ansiosos um boletim recheado de notas satisfatórias, quando esse desejo é alcançado os pais ficam felizes e, geralmente, não são convidados a refletir sobre a construção do conhecimento adquirido, na maioria das vezes, os únicos convidados para uma conversa com o professor são os pais cujo filho não demonstrou um desempenho satisfatório, considerando os objetivos estabelecidos para todos, não levando em consideração a singularidade de cada um.

Como abordamos no tópico anterior é importante e necessário que o indivíduo desenvolva-se integralmente e nesse momento retomamos esse ponto, pois Zabala (2010) destaca que quando isso se torna a finalidade do ensino à visão que se tem de avaliação é alterada, pois busca-se o desenvolvimento integral e não apenas o cognitivo, diante disso o autor nos esclarece que:

Em primeiro lugar, e isto é muito importante, os conteúdos de aprendizagem a serem avaliados não serão unicamente conteúdos associados às necessidades do caminho para a universidade. Será necessário, também, levar em consideração os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais que promovam as capacidades motoras, de equilíbrio e de autonomia pessoal, de relação interpessoal e de inserção social. (ZABALA, 2010, p. 197)

Nesse caso desconsidera-se a ideia de classificação e a escola, o professor, o método de ensino passa a ser voltado para que todos alunos consigam se desenvolver o máximo possível, em suas capacidades, dessa forma não há privação de que os mesmos se desenvolvam com o intuito de serem bons profissionais mas ao mesmo tempo possibilita o avanço de todos.

Diante de tudo que já foi exposto até o momento será apresentado a seguir um quadro desenvolvido por Zabala (2010) que sintetiza todo o processo avaliativo como

de fato acontece, e a outra vertente avaliativa, quando avalia-se o processo de ensino e aprendizagem em seu contexto global e não fragmentado como no primeiro caso.

Quadro 1 – Processos Avaliativos

Função social e aprendizagem	Objeto	Sujeito	Referencial	Avaliação	Informe
Seletiva e propedêutica Uniformizador e transmissor	Resultados	Alunos	Disciplinas	Sanção	Quantitativo
Formação integral At. Diversidade Construtivo	Processo	Alunos / professores	Capacidades	Ajuda	Descritivo / interpretativo

Fonte: ZABALA (2010, p. 199)

Um dos pontos importantes no estudo de Zabala é a definição de Avaliação Formativa como: Inicial, reguladora e final integradora, isso porque como veremos na explicação e definição dos termos é um processo que pode ser utilizado desde a educação infantil já que envolve reflexão do professor em relação ao aluno e ao objeto de ensino.

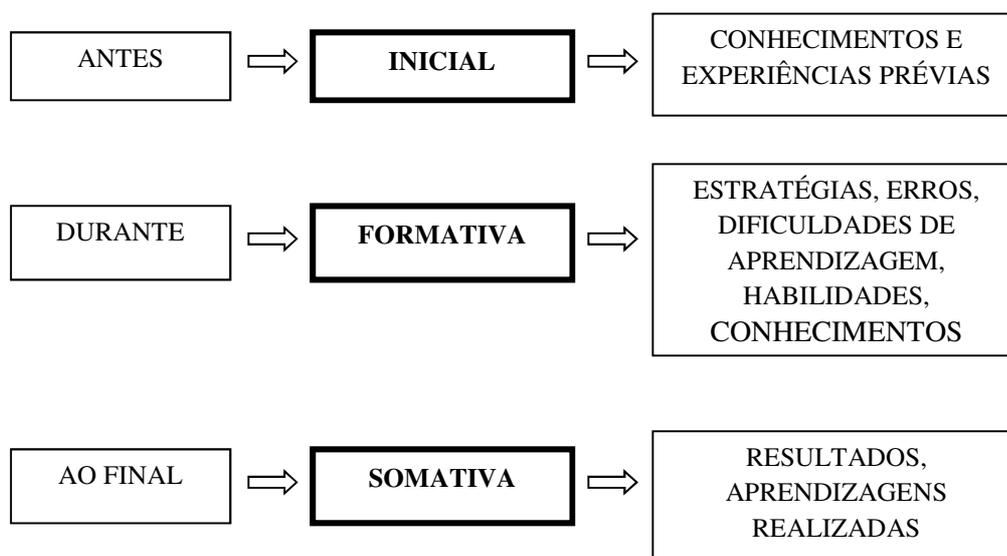
A primeira fase da avaliação é a: avaliação inicial, o professor fará uma espécie de diagnóstico para saber quais conhecimentos/habilidades o aluno já possui, ou seja, ele irá conhecer a bagagem que o indivíduo traz consigo, para a partir daí poder se programar e pensar em quais atividades são as mais indicadas para favorecer a aprendizagem, o professor cria hipóteses a partir de sua experiência e conhecimento. Como nada é constante no processo educativo o professor não pode contar com uma receita do sucesso, pois o que é positivo para uma turma pode não ser para outra, exigindo do professor uma postura de constante mudança e adaptação.

Em seguida está a avaliação reguladora que Zabala (2010, p. 200) define como: “O conhecimento de como cada aluno aprende ao longo do processo de ensino / aprendizagem, para se adaptar às novas necessidades que se colocam [...]”. Essa avaliação ocorre durante o processo de ensino e aprendizagem, nesse ponto o professor analisa o progresso atingido, até o momento em questão, diante do conjunto de atividades propostas no início, para assim continuar o processo, considerando as características de cada um, o professor faz uma avaliação também do seu trabalho para ver se o caminho que escolheu está de fato gerando progresso ou se será necessário ajustar as ações.

Por fim fala-se em avaliação final que se refere “[...] aos resultados obtidos e aos conhecimentos adquiridos[...]” (ZABALA, 2010, p. 200). E avaliação somativa ou integradora onde avalia-se todo o percurso, essa avaliação analisa o processo global, qual trajeto o aluno percorreu e qual o resultado final, a partir disso verifica-se o que é preciso continuar trabalhando, o que precisa avançar ou mudar.

Esses três momentos avaliativos descritos por Zabala não são os únicos descritos na literatura, veremos que Bassedas, Huguet e Solé (1999) também apontam em sua obra os três momentos da avaliação, sendo eles: Avaliação inicial, avaliação formativa e avaliação somativa, como as ideias centrais são parecidas será apresentado brevemente os momentos segundo as autoras. Assim como Zabala as autoras desenvolveram um quadro que sintetiza o assunto.

Quadro 2 – Momentos Avaliativos



Fonte: BASSEDAS, HUGUET e SOLÉ, 1999, p. 175

A avaliação inicial ocorre no início do ano letivo ou antes de se iniciar uma atividade, ele serve para o professor verificar o que os alunos já tem de conhecimento sobre o assunto ou se é algo inédito para eles, a partir desse levantamento o professor pode ajustar o que já havia planejado segundo as necessidades dos alunos. “A avaliação inicial informa sobre o conhecimento e as capacidades dos alunos em relação aos novos conteúdos de aprendizagem” (BASSEDAS, HUGUET, SOLÉ, 1999, p. 175).

Já a avaliação formativa ocorre durante o processo de ensino e aprendizagem e também oferece informações para que o professor possa modificar suas estratégias, nesse caso de forma mais precisa pois os alunos já estão desenvolvendo as atividades planejadas, ou seja, essa avaliação “tem a finalidade de proporcionar informações que servem para ajustar ou mudar a atuação educativa.” (BASSEDAS, HUGUET, SOLÉ, 1999, p. 176).

A avaliação somativa é feita ao final do processo de ensino e aprendizagem e com isso observa-se os resultados de tal processo, “É basicamente uma avaliação para emitir um juízo em relação ao aluno e aos seus progressos em um momento determinado.” (BASSEDAS, HUGUET, SOLÉ, 1999, p. 177).

Diante de todo exposto anteriormente fica claro que o que vem se praticando em “avaliação” nada mais é do que uma classificação, seleção e exclusão de alunos, essa prática originou-se “[...] na escola moderna, que se sistematizou a partir dos séculos XVI e XVII, com a cristalização da sociedade burguesa.” (LUCKESI, 2005, p. 169), ou seja, um sistema muito ultrapassado que não se preocupou em acompanhar as mudanças da sociedade mas sim servir a um grupo seletivo de pessoas.

Segundo Luckesi (2005) a avaliação da aprendizagem deve ser vista e realizada como um ato amoroso, onde acontece um acolhimento da situação como ela é, sem julgamentos num primeiro momento, essa característica pode surgir mas com a intencionalidade de dar curso à vida sem excluí-la.

1.3 Avaliação na Educação Infantil

Quando pensamos em Educação Infantil é comum pensarmos em brincadeiras e trabalho lúdico, envolvendo música, jogos e muito movimento, não costumamos associar Educação Infantil com o instrumento prova assim como fazemos no Ensino Fundamental, e de fato, nessa fase as crianças ainda não estão alfabetizadas, não fazem leituras ou escrita de maneira convencional, sendo assim, surge a questão, como e por que avaliar na Educação Infantil?

Vamos iniciar abordando uma crítica levantada pela autora Hoffman (2006) acerca do tema, ela nos apresenta em um de seus trabalhos que a avaliação nesse etapa do ensino surgiu como elemento de acompanhamento sobre o trabalho docente, isso porque, como veremos mais adiante num primeiro momento essa fase era vista apenas como assistencialista e quando esse cenário começou a ser mudado as famílias de classe média pressionavam as instituições cobrando proposta pedagógicas que comprovassem que ali havia um trabalho sendo desenvolvido, não era apenas um “depósito” de crianças enquanto os responsáveis trabalhavam.

Como citado anteriormente a avaliação no Ensino Fundamental tem caráter classificatório e para Hoffman isso também acontece na Educação Infantil quando as instituições entendem que avaliar é:

[...] registrar ao final de um semestre (periodicidade mais frequente na pré-escola) os “comportamentos que a criança apresentou”, utilizando-se, para isso, de listagens uniformes de comportamentos a serem classificados a partir de escalas comparativas tais como: atingiu, atingiu parcialmente, não atingiu; muitas vezes, poucas vezes, não apresentou; muito bom, bom, fraco; e outras. (HOFFMAN, 2006, p. 11)

Diante disso a autora levanta a necessidade e urgência de se repensar e analisar o significado de tal prática, inclusive a importância e necessidade do professor participar da construção da concepção avaliativa da escola.

O acesso a Educação Infantil é o primeiro contato que a criança tem com a sociedade de maneira mais ampla, para muitas é o primeiro contexto em que precisarão dividir seus objetos pessoais, se expressar de uma forma que se façam entender, respeitar regras e limites, entre outras situações, diante disso se faz necessário uma observação atenta e reflexiva dos processos educativos.

A Educação Infantil é uma fase marcada por muita curiosidade e descobertas por parte do aluno, sendo assim, o professor deve conhecer e investigar o universo infantil

buscando conhecer as características de cada aluno visando sempre a qualidade dessa interação, esse processo interfere diretamente no processo avaliativo, pois se o profissional não conhece e reflete sobre essa fase e as características individuais ele pode cair no erro de supor algo que não condiz com a realidade.

A avaliação na Educação Infantil é citada como sendo uma regra comum na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 1996, no inciso I do artigo 31: “avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.

O professor é peça fundamental nesse procedimento, pois é ele quem acompanha a criança de perto e têm condições de avaliar o seu desenvolvimento, o professor deve enxergar a avaliação como:

[...] um instrumento de investigação didática que, a partir da identificação, da coleta e do tratamento de dados, permite-lhe comprovar as hipóteses de ação, com a finalidade de confirmá-las e introduzir nelas as modificações pertinentes. A avaliação deve proporcionar retroalimentação a todo o processo didático. (ROVIRA e PEIX, 2004, p. 390).

Através do estudo do referencial de Bassedas, Huguet e Solé (1999) observamos que as autoras também destacam a importância do papel do educador nesse processo, pois muitas vezes no momento da avaliação faz-se valorizações dos alunos que não tem estão ligados a uma observação cuidadosa e muito menos “objetiva”. É comum que o educador crie expectativas sobre os alunos e isso influencia em sua forma de agir durante o processo avaliativo e na interpretação do erro cometido por cada aluno, isso não é algo que favorece o indivíduo, pois diante das expectativas ele pode limitar seu crescimento.

Segundo Hoffmann (1991) a avaliação na Educação Infantil não deve gerar tensões e limitações, deve se distanciar do modelo avaliativo abordado nas etapas seguintes do ensino, a perspectiva abordada é a do acompanhamento do desenvolvimento, para tanto é necessário o desenvolvimento de relatórios de avaliação, o mesmo deve ser individual e o professor irá registrar fatos sobre a rotina da criança para refletir sobre o desenvolvimento do aluno e sobre suas práticas pedagógicas, pensando no que deve ser melhorado, mudado ou até mesmo mantido. A avaliação é uma via de mão dupla, onde o profissional avalia o aluno, a si mesmo e a suas práticas educacionais.

Diante disso fica claro o quão complexo é o ato de avaliar, não se trata de uma classificação das habilidades infantis mas sim de uma observação da singularidade de cada ser, para a partir daí mediar ações que estimulem o desenvolvimento integral do indivíduo. Dessa forma a autora esclarece que:

[...] um dos pressupostos básicos dessa prática é justamente torná-la investigativa e não sentenciosa, mediadora e não constatativa, porque é a dimensão da interação adulto/criança que justifica a avaliação em educação infantil e não a certeza, os julgamentos, as afirmações inquestionáveis sobre o que ela é ou não capaz de fazer. (HOFFMANN, 2006, p. 15)

O processo avaliativo deve estar intimamente ligado ao desenvolvimento infantil, essa prática deve favorecer o desenvolvimento da criança, nesse ponto podemos citar a concepção sociointeracionista estudada por Vygotsky, pois a partir desse estudo e conhecimento podemos criar um novo olhar sobre avaliação.

De acordo com Vygotsky (1998, apud Hoffmann 2006) a criança atribui significados a partir da interação com o meio social e cultural no qual está inserida, ou seja, a criança é entendida como sujeito de direito, já que ela é participante ativa da construção de sua história e cultura, segundo o autor:

[...] todo indivíduo tem possibilidades intrínsecas de desenvolvimento e progresso intelectual, e, assim, deve-se procurar analisar o potencial de aprendizagem, tendo como alvo pedagógico, o desenvolvimento do potencial avaliado, e não a simples determinação dos “déficits” de aprendizagem, como é o sentido tradicional da avaliação em psicologia. (HOFFMANN, 2006, p.21)

Com isso reforça-se novamente a importância do professor agir como mediador diante do que foi observado na avaliação proposta, ou seja, não tem como acreditar que a partir das respostas de um questionário desenvolvido muitas vezes pela direção e coordenação o aluno pode ser avaliado da forma como deveria. O educador deve acompanhar a história de vida, o que essa criança já trouxe de bagagem e o que ela tem construído ao longo de sua descoberta do mundo, e diante dessa observação e reflexão propor novas atividades desafiadoras.

Observamos em muitos casos que as crianças são cobradas a partir do que espera-se dos alunos mais velhos, do Ensino Fundamental, por exemplo, elas devem manter postura recatada, ficar sempre quietas, manter-se obedientes, caridosas para que sejam avaliadas de maneira positiva, caso contrário, se ela não segue o que espera-se dela a família recebe uma devolutiva não muito agradável, isso acontece porque cai-se

no erro de encarar a educação infantil como etapa preparatória para o Ensino Fundamental.

Corroborando com o que vem sendo desenvolvido vemos a fala de Bassedas, Huguet e Solé (2008, p.173), onde descrevem que:

Nesta etapa, precisamos ter uma visão global da criança, não nos centrarmos no que não sabem fazer, considerarmos as suas potencialidades e a nossa ajuda para atualizá-las; esperar bons resultados, ter uma imagem positiva, etc., *significa favorecer o aparecimento de bons resultados*, favorecer que a criança participe mais das aulas, sinta-se capaz de enfrentar caminhos e dificuldades e, em conseqüência, possa melhorar o seu processo de aprendizagem e crescimento.

Anteriormente vimos que uma das críticas de Luckesi sobre a avaliação é justamente o caráter classificatório e excludente, que “determina” os alunos que tem possibilidade de sucesso nos estudos e os que não, aqui iremos reforçar essa preocupação a partir do que Hoffmann (2006) nos traz: “Essas “sentenças” proferidas pelos professores assumem um caráter decisivo nas possibilidade da criança ter sucesso na escola”. Ao utilizar as fichas de avaliação é reproduzido o modelo classificatório do Ensino Fundamental, por isso é tão importante que o professor busque aprofundamento teórico sobre o assunto para que possa lutar pelas mudanças necessárias nesse campo.

Outras autoras que seus estudos vêm ao encontro do que Hoffman, Luckesi e Zabala propõe são Barbosa e Horn (2008), elas reforçam a ideia de que o docente precisa conhecer a criança e suas características, é preciso acompanhá-las de perto para não olhar apenas o resultado e sim valorizar todo o percurso de construção da aprendizagem percorrido por essa criança.

Barbosa e Horn (2008), propõe uma série de instrumentos para acompanhamento e análise que o professor pode utilizar como apoio. Para as autoras, *diário de campo*, é um caderno de registro do professor, onde ele vai falar sobre os fatos ocorridos em sala e no dia-a-dia, ele também pode registrar seus sentimentos e interpretações diante do que vivencia. Já nos *anedotários* o professor pode registrar, individualmente, aspectos afetivos, emocionais e sociais, descrever situações vividas entre os alunos e registrar frases pronunciadas por eles.

É possível que o professor utilize o *diário de aula*, que se constitui um instrumento que serve de reflexão, já que o educador planeja e relata suas atividades nele. No *livro da vida ou da memória do grupo*, é possível realizar registros coletivos,

onde os alunos representam os acontecimentos ocorridos. No caso das *planilhas*, demonstra-se desempenhos seqüenciais, controlando objetivos levantados por ambos (professor e aluno), esse material é de cunho quantitativo.

Segundo as autoras Barbosa e Horn, as *entrevistas* caracterizam-se por ser um instrumento importante de registro, pois oportuniza diálogos e estreitamento dos laços de afeto, elas podem ser desenvolvidas nas situações significativas do cotidiano e não apenas no processo de ensino e aprendizagem. Os *debates ou conversas* são registros escrito ou gravado, de conversas ou debates entre os alunos e destes com o educador, nesse processo é possível ver o aparecimento das habilidade sociais e a capacidade comunicativa das crianças. Outra possibilidade são os *relatórios narrativos de acompanhamento das crianças e relatórios narrativos de estudos realizados*, esses se caracterizam por imagens, desenhos e textos entre outros.

A *auto-avaliação* é um instrumento importante pois favorece a reflexão crítica dos alunos, através das entrevistas pode-se analisar os trabalhos com as crianças, o que favorece a auto-avaliação. Já os *trabalhos de integração e consolidação dos conhecimentos*, se constituem em propostas pedagógicas que possibilitam a integração da aprendizagem de diferentes áreas, envolvendo trabalho intelectual, manual e criativo. No caso da *coleta de amostras de trabalho* há seleção dos materiais significativos desenvolvidos em um determinado período, essa seleção precisa ser justificada.

Outros instrumentos citados pelas autoras são as *fotografias e gravações em vídeo e em som*, esse tipo de registro é fundamental com crianças pequenas pois o registro visual favorece a reflexão. Há possibilidade também de propor algo que envolve os pais / responsáveis, que seria os *depoimentos de pais*, essa parceria com os pais é muito importante, deve haver diálogo e interação com os educadores sobre o que observam das crianças em casa. Outra opção é trabalhar com os *comentários dos colegas*, esse momento de partilha é interessante, já que possibilita a análise conjunta dos trabalhos realizados. Por fim, Barbosa e Horn, citam o instrumento *teorias de desenvolvimento, aprendizagem e ensino*, esse aspecto é muito importante pois as leituras teóricas reafirmam o caráter intelectual do trabalho desenvolvido pelo profissional da educação.

Como vimos acima são muitos os instrumentos que o professor dispõe para fazer o acompanhamento dos alunos, o educador não se utilizará de todos em um mesmo

momento, a partir de seu planejamento ele deve optar os que melhor se adéquam as suas intenções, Barbosa e Horn (2008, p. 111) esclarecem que “[...] é preciso selecionar e planejar seu uso, já que o acompanhamento é feito por meio de ações contínuas e não de improvisações ao final do ano.”

Esses instrumentos descritos acima são apenas registros das situações vividas, porém para eles fazerem sentido, segundo Barbosa e Horn (2008) é preciso organizá-los em portfólios que são pastas organizadas com os trabalhos dos alunos, desenvolvidos ao longo de um período; dossiês são organizados por temas ou assuntos, visando organizar e apresentar as aprendizagens relativas a determinado tema; já os arquivos biográficos se constituem de diferentes materiais, são recortes do cotidiano e possibilitam ao professor relembrar experiências e acontecimentos significativos.

Independente da forma de registro e organização dos mesmos que o educador optará é imprescindível que os mesmos sejam utilizados, já que esses documentos servem de suporte para todos envolvidos na ação educativa, eles favorecem a avaliação do processo como um todo, fato que deve ocorrer como mencionado anteriormente, para que verifique-se o que é preciso alterar, manter ou melhorar. Barbosa e Horn (2008, p. 112) ressaltam que:

A caminhada do grupo é a base que apresenta a universalidade do processo, repetindo em todos os portfólios aquilo que foi vivenciado e que se tornou memória comum para um grupo de aprendizes. Contudo, para cada evento coletivo é necessário também singularizar, isto é, mostrar as particularidades de cada processo.

Por fim é preciso reforçar a ideia que a avaliação não serve para apontar os erros e acertos e nem intitular os capazes ou não de seguir uma vida acadêmica, esse processo deve levar o professor a observar, analisar e promover melhores oportunidade de aprendizagem.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

As observações e análise de dados que serão apresentadas no presente trabalho foram levantadas em uma escola municipal de Educação Infantil no interior de São Paulo, daqui por diante denominada de escola F. As observações ocorreram entre meados de setembro/2016 à novembro/2016, em duas salas de aula com alunos que estavam matriculados no período vespertino, sendo que uma delas tinha 24 alunos matriculados com idade entre 4 e 5 anos (Infantil IV) e outra com 24 alunos entre 5 e 6 anos (Infantil V), as entradas em sala ocorriam semanalmente e nas duas salas observadas o clima entre professoras e alunos era de muito respeito e educação.

A pesquisa em questão tem caráter qualitativo, isso porque não há quantificação de dados e não utilizou-se de técnicas estatísticas, dessa forma o que difere o método quantitativo e o método qualitativo é o levantamento e análise dos dados. As autoras Marconi e Lakatos esclarecem que: “No método quantitativo, os pesquisadores valem-se de amostras amplas e de informações numéricas, enquanto que no qualitativo as amostras são reduzidas, os dados são analisados em seu conteúdo psicossocial e os instrumentos de coleta não são estruturados.” (2011, p. 269)

Para esclarecer a cerca do método qualitativo é possível citar, também, o autor Pereira, segundo o mesmo:

No método qualitativo a pesquisa é descritiva, ou seja, as informações obtidas não podem ser quantificáveis. Por sua vez, os dados obtidos são analisados de forma indutiva. Nesse sentido, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. (PEREIRA, 2012, p. 84)

Dentro do método qualitativo há o estudo de caso, técnica utilizada no momento, e quanto a isso Pádua descreve que:

O estudo de caso não pode ser considerado uma técnica que realiza a análise do indivíduo em toda sua unicidade, mas é uma tentativa de abranger as características mais importantes do tema que se está pesquisando, bem como seu processo de desenvolvimento. (2014, p. 74)

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se a técnica de observação que auxiliou o levantamento das informações para análise. De acordo com Marconi e Lakatos: “A observação tem como principal objetivo registrar e acumular informações.

Deve ser controlada e sistemática. Possibilita um contato pessoal e estreito do investigador com o fenômeno pesquisado.” (2011, p.276)

Quando opta-se por usar a observação como recurso de pesquisa é preciso estabelecer para onde estará voltado o olhar do pesquisador, é necessário um foco no olhar, para que o mesmo não se perca diante das informações coletadas, é preciso cuidado, também para o pesquisador na interferir nos resultados da pesquisa, pois como afirma Pádua:

[...] a observação não é “pura”, não é um fenômeno passivo, mas um processo ativo e seletivo, porque é precedida pelas hipóteses levantadas pelo pesquisador a partir de sua bagagem teórica, de seus interesses, objetivos e de suas expectativas com relação à realidade que está sendo investigada. (2014, p. 80 e 81)

Após todo levantamento de dados realizado e as pesquisas bibliográficas feitas ao longo do desenvolvimento do trabalho é necessário que se faça a análise de dados, é nesse momento que se retorna aos dados registrados para que a análise e reflexão sejam realizadas.

2.1 Caracterização da escola

A escola F foi a primeira escola de educação infantil do município X, interior de São Paulo, localizada no centro, sendo de fácil acesso para os que dela necessitam, sua inauguração ocorreu em 1953. Durante 25 anos, essa foi a única enquanto escola pública de Educação Infantil no município.

Só na década de 1970 o poder público reconhece a criança como sujeito com necessidade específicas e cujo desenvolvimento deveria ser objeto de atenção por parte dos adultos. A criança no município X, como em outros lugares, já tinha o direito a educação fora do âmbito familiar, deveria ter um local para recreação, brincadeiras e socialização. As transformações sociais e exigências educacionais se fizeram intensas, as famílias reconheciam necessidade das crianças de freqüentarem escolas desde os anos iniciais da infância e assim sendo outras escolas de Educação Infantil foram construídas.

A unidade escolar em questão conta com um quadro docente formado por 12 professores, todos com sede na Unidade Escolar, sendo que 5 trabalham em jornada integral na própria escola, 3 no período da manhã e 4 no período da tarde.

Quanto a formação acadêmica dos professores são: 10 professores com curso de graduação em pedagogia; 5 com pós-graduação na área de educação; 2 com habilitação específica para o magistério, que já estão aposentadas e ainda 1 professora em vias de se aposentar.

A escola também conta com monitoria que atende e auxilia todas as salas de aula, profissionais da equipe de apoio (limpeza e cozinha); 1 secretária de escola e 1 diretora.

Atualmente, a escola atende 380 crianças na faixa etária de 3 a 6 anos (incompletos) divididos em dois períodos (manhã e tarde). Devido à localização central, a escola recebe alunos oriundos de diversos bairros da cidade. Por esta razão, a grande maioria dos alunos utiliza transporte escolar.

A unidade escolar possui 9 salas de aula que acomodam em média 25 alunos cada uma. Tem ainda sala de vídeo, biblioteca, cozinha com refeitório, salão para teatro. O espaço externo do parque é grande, com brinquedos que possibilitam o desenvolvimento de habilidades corporais. Possui ainda uma casinha de bonecas encantadora com móveis e toda estrutura de uma casa, em tamanho menor. A estrutura de materiais pedagógicos é satisfatória, atendendo as necessidades apresentadas pelos professores.

A área verde da escola é extensa, com aproximadamente 1500m², contendo um play ground, tem um pedaço no chão que contém areia para que as crianças possam, regularmente, desenvolver atividades que visam ao seu desenvolvimento motor com a supervisão do professor (a), tem também uma parte com gramado extenso e uma quadra para esportes, a área é toda arborizada.

A escola visa sempre ao bom e ao amplo desenvolvimento do aluno, com isso, o professor inclui em seu planejamento projetos sobre cuidados com os dentes, saúde e higiene, vacinação, crescimento sadio, alimentação saudável etc.

A secretaria da saúde em parceria com a secretaria da educação promove várias campanhas no decorrer do ano. Ex: aleitamento materno, dengue, vacinações, raiva, teste de acuidade visual etc.

O período que a criança passa no jardim de infância é de extrema importância na construção dos alicerces da sua afetividade, socialização e inteligência, e conseqüentemente, em seu desenvolvimento integral e harmônico, para que a escola possa cumprir esse papel, é necessário conhecer as características do desenvolvimento infantil e preparar o ambiente e as atividades de modo a atender as necessidades das crianças nessa etapa da vida.

O processo avaliativo na Educação Infantil não tem como finalidade a promoção para o ingresso no ensino fundamental, segundo preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEn/96) no art 31. Mas, ao mesmo tempo, esse processo é necessário e precisa ser sistemático, contendo um caráter de análise e reflexão, que será feito por meio do registro do desenvolvimento da criança.

O ato de registrar é de extrema importância para o professor da educação infantil, para que possa acompanhar o desenvolvimento da criança, percebendo os progressos e dificuldades, podendo assim fazer intervenções imediatas. Para tanto é necessário que o professor, escute, observe e analise a criança nas experiências individuais e coletivas vividas na instituição escolar. Os registros podem ser: anotar, fotografar, organizar portfólio, entrevistar.

2.2 Estudo de caso de duas professoras da Educação Infantil

Como mencionado acima, as observações foram desenvolvidas em duas salas de Educação Infantil, as duas professoras colaboraram com as observações e esclarecimentos necessários, a professora da Educação Infantil IV, daqui por diante será chamada Amanda (nome fictício), e a professora da Educação Infantil V, daqui por diante será chamada Julia (nome fictício). A professora Amanda atua na Educação Infantil há 3 anos e é licenciada no curso de Pedagogia. A professora Julia atua na Educação Infantil há 18 anos, fez o magistério e também cursou Pedagogia.

Ambas as professoras tem visões similares sobre o processo de avaliação na Educação Infantil e seus pensamentos corroboram com o que estudamos no decorrer do presente trabalho de pesquisa, em conversa com a professora Julia ela relatou o seguinte:

“Sempre fizemos a Avaliação Diagnóstica baseada na teoria da Emílio Ferreiro, como antes tínhamos o GVII, hoje, primeiro ano, a avaliação era feita mensalmente, sempre procurando um campo semântico que a criança tenha vivência, por exemplo: Roupas, uma palavra polissílaba, uma trissílaba, uma dissílaba e uma monossílaba (Camiseta, vestido, luva, lã), e uma frase com a dissílaba: A luva é colorida.

Agora, no Infantil V aplicamos uma avaliação diagnóstica no primeiro semestre, uma antes do recesso e outra no final do segundo semestre. Claro que na Educação Infantil a avaliação é um processo diário, onde através das brincadeiras, jogos, diálogo e atividades avalia-se no todo: cognitivo, afetivo, social e motor. Outra forma avaliativa que utilizamos é que todos os meses peço para que escrevam o nome e desenhem sobre um tema: Minha família, minha casa, etc... cada professor pode escolher com o que quer trabalhar, dessa forma montamos uma sanfona, mostrando a evolução do desenho.”

Já a professora Amanda, quanto aos processos avaliativos nessa fase, nos relatou o seguinte:

“Quanto ao processo de avaliação na Educação Infantil registramos o desenvolvimento da criança na escola em um relatório pessoal semestral. Nesse relatório avalia-se aspectos físicos, linguagem oral e escrita, socialização, lógica matemática, artes, ciências e música, que nada mais é do que os sete eixos norteadores da Educação Infantil previstos nos parâmetros curriculares nacionais.”

Para a pesquisa e análise em questão as notas de campo foram desenvolvidas a partir das observações realizadas nas salas de Educação Infantil IV e Educação Infantil V, no segundo semestre de 2016, utilizou-se esse material como recurso pela riqueza de dados e informações proporcionados, facilitando assim a análise dos mesmos, já que é possível retornar aos apontamentos para possíveis esclarecimentos.

As turmas observadas eram do período vespertino e as crianças ficam na escola pelo período de 4 horas diárias (12h 45min – 16h 45min), sendo que diariamente tem o período em que as crianças brincam no parque, durante 30 minutos; há um cronograma

que estabelece os horários de cada turma, nesse período e no momento da refeição há sempre duas salas no ambiente, seja no refeitório ou no parque.

As notas de campo serão analisadas a partir de dois campos temáticos, sendo eles:

- ✓ Desenvolvimento integral na Educação Infantil – nesse campo será levado em consideração os momentos educacionais que visam o desenvolvimento integral da criança, levando em conta aspectos cognitivos, motores, afetivos, sociais e culturais, considerando também momentos que promovam desenvolvimento da autonomia.
- ✓ Avaliação na Educação Infantil – aqui será considerada as situações que proporcionam momentos avaliativos, considerando que essa prática deve ser contínua visando oferecer condições para que o educando se desenvolva integralmente.

1. Desenvolvimento integral na Educação Infantil

O primeiro campo temático diz respeito ao desenvolvimento integral na Educação Infantil, isso é algo muito importante de ser observado e trabalhado, portanto é preciso que o professor esteja sempre atento as situações de aprendizagem que garantam isso ao aluno, é preciso que a criança sinta-se segura em encarar e buscar novos desafios e com isso conquiste sua autonomia.

Na Educação Infantil espera-se que a criança desenvolva sua autonomia, isso é explicitado nos vários documentos que esclarecem quanto ao que é esperado nessa etapa do ensino, através das observações realizadas verificou-se diversos momentos onde houve favorecimento para que os alunos pudessem desenvolver esse aspecto, abaixo será descrito algum deles, com a reprodução das notas de campo realizadas.

“Seguimos para a biblioteca e a professora utilizou um guarda chuva com cenários para que as próprias crianças contassem a história da Dona Baratinha, uma aluna narrou e os demais foram os personagens, depois cada um pode escolher um livro e interagir, nesse momento algumas crianças pediram para que eu lesse a história para elas, outras pediram para a professora e outras ficaram apenas folheando o livro que haviam escolhido” (Nota de campo do dia 14/09/2016, observação realizada no Infantil IV)

“As crianças tiveram um momento de brincadeira livre, a professora dispôs de uma quantidade de brinquedos em cada mesa e também da lousa para que as crianças desenhassem, a organização foi da seguinte forma: a professora

deixava cada criança escolher o que queria fazer inicialmente, sendo o limite de 5 crianças em cada espaço, de tempos em tempos ela pedia que as crianças trocassem de lugar para que todas tivessem a possibilidade de participar de diferentes brincadeiras.” (Nota de campo do dia 20/09/2016, observação realizada no Infantil V)

A partir das notas de campo destacadas acima observamos situações que favorecem o desenvolvimento da autonomia, tanto na nota de campo do dia 14 quanto do dia 20 de setembro vemos que as crianças precisam fazer escolhas, no primeiro caso é a escolha do livro e no segundo a escolha da brincadeira. Esse é um aspecto relevante, citado no RCNEI e DCNEI, os documentos nos apresentam o seguinte:

O desenvolvimento da identidade e da autonomia estão intimamente relacionados com os processos de socialização. Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas sejam valorizadas e aproveitadas para o enriquecimento de si próprias. (RCNEI Volume 2, 1998, p. 11)

Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil asseguram que as práticas pedagógicas devem garantir experiências que: “Possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar”. (DCNEI, 2010, p 26).

Agora, abordando especificamente a nota de campo do dia 20 de setembro é possível considerar outro apontamento do RCNEI: “Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação.” (1998, Volume 2, p. 22)

Diante disso é preciso reforçar a necessidade do professor considerar, em seu planejamento, atividades lúdicas e que incentivem as crianças a buscar o desenvolvimento pessoal, além do cognitivo, outras situações que foram observadas e que favorecem a autonomia dos alunos são:

- ✓ Os alunos são responsáveis por pegar as agendas e materiais de higiene na mochila; depois de utilizado esses materiais eles mesmos guardam novamente;
- ✓ Eles devem cuidar dos objetos pessoais quando vão para o momento de escovação;
- ✓ Quando desejam, tiram e colocam os sapatos na hora do parque.

Outro aspecto importante e relevante a ser considerado na Educação Infantil é a possibilidade de socialização em um grupo mais amplo e diferente do familiar. Muitas vezes os alunos ingressam nessa etapa do ensino sem ter muito contato com outras crianças, então, essa socialização é fundamental para o desenvolvimento da criança em sua totalidade, nesse ambiente o indivíduo aprende a dividir os objetos, a compreender os seus limites e dos outros, a respeitar o próximo em sua individualidade, enfim, por isso é tão importante que o professor considere isso para desenvolver seu planejamento. Diante dessa afirmação será descrito situações que condizem com essa premissa:

“Hoje, seguiram, para os canteiros de terra, três salas que estavam participando do projeto para plantar flores em um determinado canteiro da escola. As professoras organizaram seus alunos sentados em forma de roda para explicarem o que aconteceria ali, no primeiro momento eles fariam a plantação de três mudinhas em um vidro de aquário e, em seguida, as demais mudinhas seriam plantadas no canteiro. As professoras haviam levado dois potes, um com minhocas e outro com caracóis e taturanas para que as crianças tivessem contato visual com esses animais. Uma das professoras ficou com uma enxada tirando terra para a plantação no aquário e, ao mesmo tempo, já estava abrindo o buraco para as mudinhas que seriam plantadas no canteiro, as crianças foram organizadas em duplas para que pudessem finalizar a plantação das flores.” (Nota de campo do dia 21/09/2016, Infantil IV)

“Como nesse dia teve sessão simultânea de leitura o cabeçalho foi feito após esse momento. A sessão simultânea funciona da seguinte forma: fica exposto na quadra uma quantidade x de livros e as crianças escolhem a história que elas querem ouvir e colocam seu nome abaixo do livro, no dia marcado, todas as salas seguem para a quadra e a coordenadora da escola começa a chamar os alunos segundo o livro que cada um escolheu; cada professora fica responsável por ler um livro. Após a organização das filas por livro, cada professora segue com a turma para o local que desejar da escola e assim se concretiza a leitura. A professora do infantil V que eu estava acompanhando levou as crianças para um local verde, próximo a secretaria da escola, e ali fez a leitura do livro. Como a história falava sobre o medo superado de um elefante, após a leitura ela questionou cada criança sobre seus medos e cada um pôde interagir um pouco, depois retornamos para a quadra e cada turma voltou a se reunir com sua professora.” (Nota de campo do dia 22/09/2016, Infantil V).

Diante do exposto acima constatamos que é fundamental que o professor faça seu planejamento considerando situações de integração entre os alunos, como aponta o RCNEI:

Para que as aprendizagens infantis ocorram com sucesso, é preciso que o professor considere, na organização do trabalho educativo: a interação com crianças da mesma idade e de idades diferentes em situações diversas como fator de promoção da aprendizagem e do desenvolvimento e da capacidade de relacionar-se. (1998, Volume 1, p. 30)

Nesse tópico é possível fazer menção também aos autores que estudaram o desenvolvimento infantil da perspectiva sociointeracionista (Piaget, Vygotsky e Wallon), cada um desses teóricos desenvolveu uma pesquisa, com suas especificidades

e diferença dos demais, porém os três compreenderam que é a partir das trocas estabelecidas entre o sujeito e o meio que se dá a aprendizagem. De acordo com Felipe:

As teorias sociointeracionistas concebem, portanto, o desenvolvimento infantil como um processo dinâmico, pois as crianças não são passivas, meras receptoras das informações que estão a sua volta. Através do contato com seu próprio corpo, com as coisas do seu ambiente, bem como através da interação com outras crianças e adultos, as crianças vão desenvolvendo a capacidade afetiva, a sensibilidade e a autoestima, o raciocínio, o pensamento e a linguagem. (2012, p. 27)

Outro ponto que deve ser levado em consideração na Educação Infantil, porém de forma muito cuidadosa é o desenvolvimento cognitivo, o professor e todos envolvidos nessa etapa educacional devem ter em mente que essa é uma fase única e que deve proporcionar as atividades que são necessárias ao desenvolvimento infantil e não pensar nesse momento como uma fase preparatória para o Ensino Fundamental.

A área cognitiva faz parte da evolução do indivíduo e as autoras Bassedas, Huguet e Solé destacam que essa área:

Aborda as capacidades que permitem compreender o mundo, nas diferentes idades, e de atuar nele, através do uso da linguagem ou mediante resoluções das situações problemáticas que se apresentam. Mesmo assim, é necessário fazer referência às capacidades que a criança dessa idade tem para criar ou comunicar-se através do uso de todas as linguagens (verbal, artística, etc.). (1999, p. 31)

Sem dúvidas nessa fase a criança já está desenvolvendo, também, seus aspectos cognitivos mas esse não deve ser o único aspecto cobrado na escola, como vimos e citamos anteriormente os momentos de brincadeira livre são essenciais para o desenvolvimento integral infantil.

Abaixo está descrito três momentos em que é possível observar o favorecimento do desenvolvimento cognitivo, porém de forma lúdica e prazerosa.

“As crianças se acomodaram em suas cadeiras e a professora entregou a atividade que seria desenvolvida por eles, era um desenho que eles tinham que pintar e recortar nos locais pontilhados e depois deveriam pegar uma outra folha para fazer a colagem do quebra-cabeça que havia se tornado o desenho. À medida que os alunos iam terminando a professora ia entregando a segunda atividade, que era o desenho de um trem e cada vagão tinha um animal ou objeto desenhado e as crianças tinham que escrever com qual letra começava a palavra. Por fim, eles viam que as iniciais formavam a sequência do alfabeto.” (Nota de campo do dia 27/09/2016, Infantil V)

“Fizemos uma roda para uma brincadeira de identificação das vogais, no dia anterior a professora havia feito com as crianças as vogais em EVA e tamanho grande, cada vogal foi decorada de uma forma (raspas de lápis apontado, cola colorida, etc). A professora mostrou todas as vogais para as

crianças e depois chamou um aluno para ficar com os olhos vendados, ela deu uma vogal para ele e ele tinha que descobrir qual vogal era, assim foi até que todas as crianças participassem.” (Nota de campo do dia 19/10/2016 – Infantil IV)

“Após voltamos para a sala e fizemos uma roda para desenvolver uma atividade com as crianças, no meio da roda a professora espalhou todas as letras do alfabeto em plástico, então uma criança era escolhida e a mesma tinha que encontrar qual a letra que iniciava seu nome, enquanto ela procurava as demais batiam palma e cantavam (suco geladinho, gelo derretido, qual é a letra do seu nominho... A,B,C,D...) a música parava assim que a criança encontrasse a letra do seu nome, então a professora questionava qual era o nome da letra, se a criança identificava mais alguma letra do seu nome.” (Nota de campo do dia 24/11/16 – Infantil IV)

Diante das notas de campo destacadas e o que foi mencionado anteriormente acerca do assunto cabe citar o que explicita o RCNEI:

“Desenvolvimento cognitivo é outro assunto polêmico presente em algumas práticas. O termo “cognitivo” aparece ora especificamente ligado ao desenvolvimento das estruturas do pensamento, ou seja, da capacidade de generalizar, recordar, formar conceitos e raciocinar logicamente, ora se referindo a aprendizagens de conteúdos específicos.” (1998, Volume 1, p. 30)

É possível analisar essa questão e sua polêmica segundo o que nos traz outras autoras que também tratam desse aspecto, são elas: Bassedas, Huguet e Solé (1999), segundo elas a educação infantil, antigamente, era vista como preparatória para o Ensino Fundamental e por isso demonstrava muitas distorções quanto ao entendimento da prática educativa nessa fase, já que levava-se em conta apenas conteúdos “escolares”, ensinando conteúdos que não se ajustavam as necessidades e possibilidades dos pequenos.

Ainda segundo as autoras as críticas a “escolarização” na pré-escola são válidas mas é preciso considerar que a criança está imersa nesse mundo que lhe apresenta aspectos gerais da sociedade em que vivemos, sendo assim, aos poucos, ela vai se apropriando do que está sendo oferecido à ela, sendo assim:

[...] durante o tempo que a criança fica na escola infantil, é necessário que lhe seja permitido aceder aos conhecimentos próprios da cultura: o acesso a todos os sistemas de representação da realidade que as pessoas adultas utilizam (língua escrita, linguagem matemática, linguagem plástica, etc.) pode ser iniciado já na pré-escola; terá sentido se for funcional como deverá ser sempre o processo de ensino. É preciso não esquecer que nem todas as crianças são iguais e aquilo que parece interessante a umas pode não ter nenhum sentido a outras e, portanto, poderão ter dificuldades em aprendê-lo. (1999, p. 55)

O aspecto cultural é outro ponto importante e fundamental para o desenvolvimento infantil, não podemos desconsiderar o fato de que cada criança já traz

consigo uma bagagem cultural, ou seja, ela não inicia na escola como uma folha em branco, tal bagagem pode ter uma variação enorme na vida de cada indivíduo, isso porque cada qual tem possibilidades diferentes de conhecimento de mundo, existem crianças que ingressam na Educação Infantil sem nunca ter tido contato com um material escrito, como um livro, por exemplo; Outras já iniciam nessa fase tendo contato intenso e diário com a leitura. Dessa forma não tem como o professor não levar isso em consideração, como citado anteriormente cada criança tem o seu tempo de aprendizagem e além do mais essa bagagem cultural também interfere diretamente nos conhecimentos que serão construídos pelos pequenos.

No RCNEI, volume 1, fica explícito em vários pontos como esse aspecto é fundamental para o desenvolvimento infantil, destacaremos algum deles abaixo, dentre vários objetivos elencados no documento ele: “Visa, também, contribuir para que possa realizar, nas instituições, o objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural.” (1998, Volume 1, p. 7)

Outro ponto, do RCNEI, que reforça a afirmação acima é:

Embora as necessidades humanas básicas sejam comuns, como alimentar-se, proteger-se etc. as formas de identificá-las, valorizá-las e atendê-las são construídas socialmente. As necessidades básicas, podem ser modificadas e acrescidas de outras de acordo com o contexto sociocultural. (1998, Volume 1, p. 24)

Sendo assim fica claro a necessidade e importância da escola e dos professores pensarem, planejarem e oferecerem momentos que garantam as crianças uma apropriação da cultura que a cerca. Abaixo podemos observar dois momentos em que os alunos puderam vivenciar experiências culturais distintas e isso dá condições para que a partir dessas novas vivências eles criem novas hipóteses e com isso construam novos conhecimentos.

“A professora fez uma roda com as crianças para uma conversa onde todas tiveram oportunidade de contar algo que desejassem, após a professora explicou que iríamos assistir a um teatro no salão da escola e passou algumas instruções sobre o comportamento no horário do teatro. Após esse momento, nós seguimos para o salão para assistir ao teatro: “Amigos do Baobá”, o teatro aborda questões da globalização, através do recurso internet mostra a interação entre pessoas tão distantes fisicamente e tão próximas no mundo virtual, ao término ajudamos a distribuir livros sobre o teatro para todas as crianças, voltamos para a sala para aguardar os poucos minutos que faltavam para sairmos para o parque. Hoje, devido o teatro o horário do lanche foi

alterado, por isso fomos primeiro ao parque.” (Nota de campo do dia 28/09/2016 – Infantil IV)

“Seguimos para o salão da escola para a aula de música, estavam presentes 4 salas, sendo que 3 eram do infantil V, após cantarem diversas músicas, o professor de música contou uma história para contextualizar uma música nova que eles iriam aprender. Após um tempo uma sala foi dispensada pois as crianças do infantil V iriam ensaiar uma música para a formatura delas.” (Nota de campo do dia 04/10/2016 – Infantil V)

A partir da leitura dessas notas de campo vemos nesses momentos que além de proporcionar conhecimento cultural também proporcionou-se envolvimento social, isso porque várias salas estavam envolvidas tanto no teatro quanto na aula de música. Nesses períodos observou-se que as crianças compreendem também a necessidade de respeitar seus limites e do colega, afinal, para que o teatro fosse ouvido e compreendido por todos era preciso que todos se mantivessem em silêncio e sentados em seus respectivos lugares, atentando-se até mesmo para um colega que é menor e está sentado mais afastado do palco, por exemplo.

Nas aulas de música, que ocorriam uma vez na semana, o professor especialista proporcionava vivências diversas aos alunos, favorecendo assim o conhecimento de mundo de forma mais ampla, é preciso refletir que nem todas as crianças têm contato com a música em seu ambiente familiar, por exemplo, assim, quando a escola oferece e apresenta a diversidade cultural do nosso país ao aluno, ela está dando a possibilidade para que ele se desenvolva um cidadão crítico.

Para finalizar o primeiro campo temático abordaremos a questão do desenvolvimento motor na Educação Infantil, sem dúvidas, como já foi explicitado em diversos momentos todas as demais etapas são fundamentais para o desenvolvimento infantil, porém, devido a necessidade de movimento que a criança apresenta é possível colocar o desenvolvimento motor como sendo tópico fundamental para o planejamento do educador.

De acordo com as autoras Bassedas, Huguet e Solé a área motora: “inclui tudo aquilo que se relaciona com a capacidade de movimento do corpo humano, tanto de sua globalidade como dos segmentos corporais.” (1999, p. 31). As autoras destacam ainda que:

No decorrer dos primeiros seis anos de vida, há algumas mudanças muito grandes em relação a tudo que se refere à capacidade de movimento dos seres humanos. A criança passe de uma situação de total dependência das pessoas que a cuidam a uma autonomia completa, do movimento descontrolado e incontrolado ao controle e à coordenação quase total. (1999, p. 31)

Agora vejamos o descrito em duas notas de campo:

“Quando retornamos a sala de aula, a professora organizou a brincadeira da dança das cadeiras, fizemos a brincadeira dentro da sala e depois cada criança levou sua cadeira para brincarmos no pátio, depois disso retornamos a sala para as crianças pegarem os brinquedos para brincarem no tanque de areia, nesse momento, fiquei brincando com o aluno que esta com o braço quebrado.” (Nota de campo do dia 13/10/2016 – Infantil V)

“Após voltamos para a sala e as crianças fizeram uma atividade de pintura a dedo, eu e a professora distribuímos os cadernos e as tintas em cada mesa e as crianças soltaram a imaginação, depois seguimos para a limpeza das mãos, dos pincéis e dos pratinhos que haviam sido utilizados para a distribuição das tintas, retornamos para a sala e as crianças fizeram a limpeza das mesas, então, distribuímos massinha para as crianças brincarem com os moldes e palitos. Depois disso as crianças guardaram as massinhas, moldes e palitos e a professora contou uma história para aguardarmos o horário da saída.” (Nota de campo do dia 19/10/2016 – Infantil IV)

Analisando o que foi citado pelas autoras e o que foi proporcionado aos alunos vimos que a prática colabora para o alcance da autonomia, da coordenação motora pelas crianças, observa-se também que o desenvolvimento da coordenação motora fina é trabalhado no dia-a-dia de sala de aula, como descrito na nota de campo do dia 19 de outubro de 2016.

Por meio da leitura do RCNEI vemos que o mesmo corrobora com tudo o que vem sendo destacado acerca da importância do movimento, no volume 1 do documento está descrito que: “Os gestos, movimentos corporais, sons produzidos, expressões faciais, as brincadeiras e toda forma de expressão, representação e comunicação devem ser consideradas como fonte de conhecimento para o professor sobre o que a criança já sabe.” (1998, Volume 1, p. 33). O movimento da criança é tão importante que serve de base até mesmo para o planejamento do professor.

No volume 3 do RCNEI existe um tópico que trata especificamente desse assunto, tamanha a sua importância para o desenvolvimento da criança, através do movimento a criança consegue expressar sentimentos, melhora seu equilíbrio e coordenação motora, alcançando a autonomia que antes não possuía. O documento em questão destaca que:

Ao movimentar-se, as crianças expressam sentimentos, emoções e pensamentos, ampliando as possibilidades do uso significativo de gestos e posturas corporais. O movimento humano, portanto, é mais do que simples deslocamento do corpo no espaço: constitui-se em uma linguagem que permite às crianças agirem sobre o meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo. (RCNEI, 1998, Volume 3, p. 15).

Sendo assim, diante de vários embasamentos teóricos apresentados, é essencial que o professor considere todos os aspectos citados para o desenvolvimento de seu planejamento, visando sempre garantir aos alunos o desenvolvimento integral, as atividades devem ser pensadas segundo a necessidade de cada turma, observando-se as singularidades e não tratando os alunos como se fossem todos iguais e tivessem partindo do mesmo ponto.

2. Avaliação na Educação Infantil

Nesse segundo campo temático analisaremos as práticas que ocorreram no cotidiano escolar e que tem relação com a avaliação nessa etapa, vale ressaltar que nessa fase, de fato, a avaliação é um processo contínuo, diferente do que observa-se nas demais etapas de ensino, onde aplica-se provas aos alunos e os mesmos são classificados como sendo aptos ou não a seguir para as fases seguintes do ensino.

Conforme mencionado, em tempo oportuno, a avaliação é uma prática que ocorre na Educação Infantil e inclusive está destacada na LDBEN, porém, outro ponto importante a ser lembrado é que nessa fase a avaliação ocorre por meio de acompanhamento e registro, não servindo de pré-requisito para ingresso no Ensino Fundamental.

Esse acompanhamento feito pelo professor e os registros resultantes do mesmo devem proporcionar uma reflexão acerca de sua prática educacional, ou seja, o professor deve ser capaz de se auto avaliar, analisando se a sua prática está, de fato, favorecendo que o aluno alcance novos níveis de conhecimento, sendo assim a prática avaliativa não deve visar apenas o aluno.

É possível observar que o volume 1 do RCNEI corrobora com o que foi explicitado acima, quando descreve que:

[...] a avaliação é entendida, prioritariamente, como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo. (1998, Volume 1, p. 59)

Para reforçar o que foi dito até o momento podemos destacar o que nos traz as autoras Bassedas, Hugué e Solé:

Se somente avaliássemos (como tradicionalmente é feito) para emitir um juízo sobre o aluno, o objeto da avaliação seria o aluno e centraríamos nossa avaliação em suas atitudes, seus comportamentos e seu rendimento. Se a finalidade da avaliação for regular e melhorar a proposta educativa que oferecemos, deveremos ampliar o nosso campo de observação e considerar o aluno não isoladamente, mas também junto a outros aspectos: as situações de ensino-aprendizagem que se desenvolvem na aula, a nossa intervenção e a nossa atitude, o tipo de conteúdos ou as situações que priorizamos, bem como as situações e as relações dentro do grupo e na escola. (1999, p. 174)

Abaixo é possível analisar duas notas de campo que explicitam o momento da avaliação na Educação Infantil e condizem com a necessidade de acompanhamento e registro do que está sendo avaliado.

“Quando retornei à sala com ela, as crianças foram fazer sua atividade, que era desenhar a sua família em alguma situação que eles quisessem. Esse é um projeto da sala para avaliar a evolução do desenho, e o tema escolhido foi Minha Família, então uma vez no mês elas fazem o desenho. A professora escreve o nome de cada membro da família conforme elas descrevem e, após, é feita a colagem em sequência cronológica para ser apresentado aos responsáveis no fim do ano.” (Nota de campo do dia 20/09/2016 – Infantil V)

“Retornamos para a sala para que as crianças pudessem pegar os brinquedos, já que toda sexta-feira tem o momento de brincadeira livre com os brinquedos que eles mesmos podem levar de casa. Enquanto eles brincavam a professora Silvana pediu que eu a ajudasse a colher dados para a avaliação diagnóstica, fui chamando uma criança de cada vez para verificar até que número a mesma sabia contar e até que número ela sabia “ler”.” (Nota de campo 25/11/16 – Infantil IV)

Com a análise dos embasamentos teóricos e o que foi observado na pesquisa de campo vemos que é possível avaliar visando o desenvolvimento do indivíduo e a prática educacional, sem visar apenas uma classificação do que está bom ou ruim, de quem está apto ou não para seguir nas próximas etapas educacionais, enfim, a avaliação deve ser vista e pensada como instrumento de reflexão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse momento é importante retomar o objetivo da pesquisa que foi: analisar a prática do professor mediador diante do processo avaliativo, a partir disso discorreremos sobre vários tópicos relevantes presentes na etapa da Educação Infantil. Sendo assim desenvolveu-se dois capítulos, sendo um deles de levantamento bibliográfico e outro de análise do que foi observado na pesquisa desenvolvida, no segundo semestre de 2016, em uma escola municipal no interior de São Paulo.

No primeiro capítulo fez-se um resgate histórico da Educação Infantil e a concepção de criança, passando por uma breve análise da legislação que garante os direitos educacionais no Brasil, enfatizando a etapa estudada no presente trabalho. Resgatou-se por meio de revisão bibliográfica a função mediadora e sua importância na Educação Infantil. Por fim e não menos importante utilizou-se de diversos autores para apresentar aspectos da avaliação nessa fase do ensino, visando possibilitar aos leitores uma nova perspectiva acerca do tema.

No segundo capítulo buscou-se realizar uma apresentação detalhada de como ocorreu o processo de pesquisa de campo, houve a caracterização da escola e das professoras observadas nos meses de setembro, outubro e novembro de 2016, no período vespertino de ensino. Nesse capítulo destacou-se também as características da pesquisa qualitativa que foi utilizada para desempenho do trabalho, ao final foi realizada a análise dos dados coletados, estabelecendo pontos de ligação entre o que observou-se na prática e o que diversos autores trazem em seus estudos.

Após essa breve retomada do que foi abordado nesse estudo vale ressaltar, novamente, que a criança é um ser histórico e de direito, dessa forma deve estar no centro do planejamento escolar, afinal, a escola deve oferecer os subsídios necessários para o seu desenvolvimento, levando sempre em conta quais são suas possibilidades de avanço e o que já possui de conhecimento advindo de outros meios sociais nos quais convive.

Não podemos desconsiderar, em momento algum, o conhecimento prévio que o aluno apresenta, para não cair no erro de acreditar que a criança vem para a escola como uma folha em branco que deve ser preenchida pelos professores e seus pares, o conhecimento cultural e social que o aluno apresenta serve para que o profissional analise sua prática educativa e adéque segundo as necessidades apresentadas pelas

crianças, dessa forma o aluno estará em um ambiente que possibilite a auto construção do conhecimento.

Para tanto é necessário que o professor aja de forma a mediar essa construção, ou seja, o professor já não é mais o detentor do saber, o ensino não deve seguir uma linha vertical onde o professor fala e o aluno registra as informações de maneira subordinada. Tal relação educacional deve ser dar em linha horizontal, onde entende-se que os alunos e os professores possuem saberes que devem ser compartilhados entre si para que seja possível a construção de novos conhecimentos.

Quando entende-se que o conhecimento se dá através da construção, da descoberta, da criação de hipóteses, ora de maneira individual e ora de forma coletiva afasta-se a necessidade de classificação e promoção que a avaliação (em seu modo tradicional) nos apresenta. Isso porque a partir disso compreende-se que o processo avaliativo ocorre de forma contínua, sendo assim é inviável avaliar-se apenas a partir de uma prova objetiva ou dissertativa, quando isso ocorre o professor está desconsiderando todo o caminho percorrido pelo aluno para que o mesmo chegasse a determinado ponto do processo de ensino e aprendizagem.

Diante das informações destacadas ao decorrer do presente trabalho de pesquisa entende-se que esse é um tema que pode colaborar para novas reflexões no contexto escolar, buscando sempre amparar-se em embasamentos teóricos relevantes.

REFERÊNCIA

ARRIBAS, Teresa Lleixá e colaboradores. **Educação Infantil Desenvolvimento, currículo e organização escolar**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira e HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos Pedagógicos na educação infantil**. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. Brasília. **Constituição Federal**. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1?concurso=CFS%202%202018>. Acesso em 31 de julho de 2017.

BRASIL. Brasília. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 31 de julho de 2017.

BRASIL. Brasília. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 31 de julho 2017.

BRASIL. Brasília. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 31 de julho 2017.

BRASIL. Brasília. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Introdução**. MEC. 1998

BRASIL. Brasília. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Conhecimento de mundo**. MEC. 1998

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Escola Infantil: Pra que te Quero?. In CRAIDY, Carmem e KAERCHER, Gládis E et al. **Educação Infantil Pra que te quero?**. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FELIPE, Jane. O Desenvolvimento Infantil na Perspectiva Sociointeracionista: Piaget, Vygotsky, Wallon. In: CRAIDY, Carmem e KAERCHER, Gládis E et al. **Educação Infantil Pra que te quero?**. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FORMOSINHO, Júlia Oliveira, KISHIMOTO, Tizuko Morchida e PINAZZA, Mônica Appezzato. **Pedagogia(s) da Infância: Dialogando com o Passada Construindo o Futuro**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mito e Desafio Uma perspectiva construtivista**. 23 ed. Porto Alegre: Mediação, 1991.

HOFFMANN, Jussara. **O jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

HOFFMANN, Jussara. **Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. 13 ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Vygotsky aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico*. 3 ed. São Paulo: Scipione, 1995.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa: Abordagem teórico-prática**. 17 ed. São Paulo: Papyrus Editora, 2014.

PEREIRA, José Matias. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 3 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2012.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: Uma perspectiva Histórico-Cultural da Educação**. 22 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Tradução de Ernani F. da F. Rosa; Consultado por Nalú FARENZENA. reimpre. Porto Alegre: Artes Médicas Sul - ARTMED, 1998.